



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

**ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE
2016.**

Ao 1º dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às 16:00 horas, no Plenário Procurador Manoel da Costa Nunes, 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado nesta Capital à Rua Álvaro Mendes, número vinte e dois, noventa e quatro, Centro, reuniu-se ordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Cleandro Alves de Moura. **Presentes** os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Antônio Gonçalves Vieira, Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Luis Francisco Ribeiro, Zélia Saraiva Lima e Clotildes Costa Carvalho. Ausentes,**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

justificadamente: os Procuradores de Justiça **Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos e Aristides Silva Pinheiro.** Seguindo a ordem dos trabalhos determinada pelo artigo 6º do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorreu conferência do *quorum* e instalação da sessão. Em seguida, passou-se à apreciação da ata da sessão anterior, dispensada a leitura, em virtude da remessa de cópia aos membros. A ata foi aprovada, por unanimidade, sem retificações. Após, passou-se a ordem do dia. **ITEM I - Sorteio de dois Procuradores de Justiça para o plantão do recesso.** Foram sorteados os Procuradores de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares e José Ribamar da Costa Assunção. **ITEM II - Apresentação pela Comissão de Outorga da relação de indicados ao agraciamento com a Medalha do Mérito do Ministério Público "Darcy Fontenelle de Araújo", para referendo do Colégio de Procuradores, nos termos do art. 5º, §1º da Resolução CPJ/PI nº 04/2016.** O Presidente da Comissão, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes, passou à apresentação da lista de indicados com as respectivas fundamentações, bem como procedeu a leitura das propostas recebidas pela referida Comissão. Quando da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

apresentação da proposta apresentada pelo Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira, este levantou uma questão de ordem no sentido de que seja submetido ao Colégio de Procuradores a apreciação de eventual Recurso contra rejeição de nome indicado para agraciamento da medalha, tendo em vista que a referida Resolução é omissa em relação ao procedimento em questão. O Presidente submeteu a questão de ordem à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Registrando que posteriormente será apresentada uma minuta para alteração da Resolução 04/2016, prevendo a interposição de Recurso no que tange a indicação de nomes para agraciamento com a medalha "Darcy Fontenelle de Araújo". Deixaram de votar, por serem membros da Comissão, os Procuradores de Justiça Fernando Melo Fero Gomes e Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Em seguida, o Procurador de Justiça Antônio Gonçalves Vieira propôs que seja concedida a honraria à Promotora de Justiça aposentada, Maria do Amparo Coelho dos Santos, tendo em vista que a indicação do seu nome atende os requisitos da Resolução 04/2016. O Presidente submeteu à proposição à votação, a qual foi aprovada por maioria de votos, visto que o Dr. José Ribamar da Costa Assunção proferiu voto contrário por entender que o requerimento apresentado à comissão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

era inébito, bem como sugeriu que a referida Resolução seja melhorada, inclusive, incluindo a apresentação de certidão acerca da idoneidade da pessoa a ser indicada. Deixaram de votar, por serem membros da Comissão, os Procuradores de Justiça Fernando Melo Fero Gomes e Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando. Dando prosseguimento, o Presidente da Comissão continuou com a apresentação dos indicados, tendo sido referendado pelo Colégio de Procuradores as seguintes pessoas físicas e jurídicas: **Abílio de Santana Ribeiro**, Procurador do Estado do Piauí, **Jeane Carvalho de Araújo Colares**, Procuradora Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 22^a Região, **Erivan José da Silva Lopes**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **Gilberto Carvalho Guerra Júnior**, Prefeito do Município de Floriano-PI, **Florentino Alves Veras Neto**, Prefeito do Município de Parnaíba-PI, e **Jonas Moura de Araújo**, Prefeito do Município de Água Branca-PI, **Wilson Nunes Brandão**, Deputado Estadual, **José Américo de Castro Júnior**, Policial Rodoviário Federal, **José Inaldo de Oliveira e Silva**, Auditor Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, **Joaquim Vaz Parente**, Médico, **Luciano Nunes Santos**, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, **Conselho Nacional do Ministério Público e Departamento Nacional de**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

Auditoria do SUS no Piauí – DENASUS. Após a apresentação, o Presidente da Comissão, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes, solicitou ao Procurador-Geral a dissolução da presente Comissão e a constituição de outra, a fim de que seja elaborado o Regimento Interno, visto que ele não tem condições de fazer um estudo necessário da matéria. A solicitação foi referendada pela Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, membro da Comissão. O Procurador-Geral disse que irá constituir outra Comissão, bem como será apresentada a minuta de alteração da Resolução 04/2016 e elaborado o Regimento Interno. Na sequência, o Presidente inverteu a ordem da pauta passando ao **ITEM IV - Discussão e apreciação do Projeto de Lei que Altera a Lei Complementar nº 12 de 18 de dezembro de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí.** O Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares pediu vista dos autos, bem como sugeriu que fosse constituída uma Comissão para fazer um trabalho definitivo de atualização da Lei Orgânica, a fim de evitar que seja enviada, mensalmente, alterações paliativas à Assembleia Legislativa. O Procurador-Geral esclareceu que há apenas dois projetos de lei tramitando na Assembleia, e os outros estão aprovados aguardando sanção do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

Governador. Explicou que essas alterações acontecem para que o Ministério Público possa acompanhar as emendas apresentadas, de forma que não haja prejuízo para a Instituição. **ITEM III - Apresentação da execução orçamentária do ano de 2016.** O Presidente passou a palavra à Promotora de Justiça Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra, Coordenadora da Assessoria de Planejamento e Gestão, a qual fez a explanação da execução orçamentária, detalhando todos os grupos de despesas e especificando a destinação do recurso decorrente da suplementação orçamentária obtida em outubro de 2016, bem como fez a prestação de contas das receitas próprias, ou seja, do fundo de modernização e do PROCON. Em seguida chamou atenção sobre a questão das projeções que foram feitas por ocasião do orçamento, ressaltando que a Lei Orçamentária levada à Assembleia Legislativa para apreciação preveu um orçamento de apenas 1,99%. Após as explicações da Assessora de Planejamento, surgiram alguns questionamentos. O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes disse que o cenário apresentado para o próximo ano é sombrio, de forma que ele gostaria de saber o posicionamento do Procurador-Geral para melhorar o orçamento, pois o Ministério Público não pode silenciar frente ao que está sendo demonstrado. O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

Procurador-Geral falou que de forma alguma o Ministério Público está acomodado, ademais, ele já está trabalhando nesse sentido, com tentativas com o Governador e Secretário de Planejamento. O Procurador de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares argumentou que nesse quadro que se desenha para 2017 não se pode pensar em nomear Promotor de Justiça. O Procurador-Geral disse que isso muito lhe preocupa, pois há a necessidade de reposição e nomeação ante a carência de Promotorias de Justiça vagas. A Procuradora de Justiça Zélia Saraiva Lima indagou acerca da possibilidade de nomeação, caso o orçamento aumente em 10%. O Procurador-Geral explicou que está estudando como poderá nomear. Porém sua preocupação são os PCA que estão tramitando no CNMP para nomeação de Promotor. Acrescentou que tem muito respeito por esse colegiado e que esses discursos amadurecem a Administração, ademais quer administrar conforme a lei, no entanto, vendo o que é adequado à Instituição. Acrescentou ainda, que está obedecendo uma recomendação proibitiva, porém não vinculativa, que apesar de não ser obrigatória merece toda atenção. Contudo, espera a aprovação de um orçamento satisfatório que lhe dê a possibilidade de nomeação e, assim sendo, certamente, ele irá nomear sem problemas. **ITEM V - Posse da nova Ouvidora do**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

Ministério Público do Estado do Piauí. O Presidente solicitou a secretária do Colégio, Procuradora de Justiça Martha Celina de Oliveira Nunes, a leitura do Termo de Posse da Procuradora de Justiça Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, no cargo de Ouvidor do Ministério Público, para o biênio 2016-2018. Após, passou-se à assinatura do termo de posse. Em seguida, o Presidente passou a palavra à empossada, a qual disse se sentir muito honrada por ter sido indicada pelo Procurador-Geral para tão nobre missão e ter o seu nome afetuosamente acolhido por seus colegas Procuradores de Justiça. Agradeceu a todos pela confiança depositada, bem como disse confiar em Deus que fará por merecer essa grande honra. Após, os Procuradores de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Fernando Melo Ferro Gomes, Zélia Saraiva Lima, Martha Celina de Oliveira Nunes e Clotildes Costa Carvalho parabenizaram a Ouvidora empossada. Por fim, o Procurador-Geral agradeceu à Ouvidora, Procuradora de Justiça Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, pela colaboração e o excelente trabalho junto à Ouvidoria, como também parabenizou a Ouvidora empossada, Procuradora de Justiça Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, desejando sucesso em sua gestão frente à Ouvidoria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta sessão, e para constar, eu, Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 1º de dezembro de dois mil e dezesseis.